

MENSAGEM DOS DIRETORES



Quanto vale a contribuição do farmacêutico para a saúde pública?

Em tempos de discussão acirrada sobre orçamentação e corte de verbas públicas na área da saúde, faz-se urgente e necessária uma avaliação rigorosa de como estão sendo investidos os recursos do governo reservados a esse setor. Será que o dinheiro disponível recebe a destinação adequada, visando ao melhor custo benefício e ao bem-estar da população?

Especialmente se considerarmos as redes municipal e estadual, que concentram o maior volume de serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), é impossível responder à pergunta sem avaliar qual é a composição das equipes de saúde e sem mensurar o valor da contribuição de cada um dos profissionais que as integram. E aqui gostaríamos de usar como exemplo, o farmacêutico. Quanto vale o trabalho farmacêutico para a saúde pública? Na última edição desta publica-

ção apresentamos alguns dados que merecem ser lembrados.

Somente em 2013, o país poderia ter economizado até R\$ 2,5 bilhões em gastos com hospitalizações de urgência e emergência. Isso porque, segundo as conclusões de uma revisão sistemática publicada em 2002, até 24,2% das internações hospitalares de urgência ou emergência são provocadas por problemas relacionados a medicamentos (PRMs) e cerca de 70% podem ser evitadas (PATEL; ZED, 2002). Naquele ano, segundo dados do Departamento de Informática do SUS (Datasus) sobre internações hospitalares na rede pública, foram registradas 3,2 milhões de internações de urgência e emergência associadas a problemas com medicamentos no país, que custaram R\$3,6 bilhões aos cofres públicos (considerando o custo médio de R\$1,13 mil por internação pelo SUS). O

montante que poderia ter sido economizado se refere a 70% desse valor.

Trata-se de economia impossível de ser feita sem a intervenção direta dos farmacêuticos. A presença desses profissionais nas unidades de saúde, sejam públicas ou privadas, além de evitar os PRM, contribui para racionalizar o uso de medicamentos, padronizar condutas terapêuticas e evitar perdas desnecessárias. É o que conseguiu comprovar o município de Blumenau (SC). Um estudo feito no município constatou que a redução de gastos com medicamentos é inversamente proporcional ao aumento do número de farmacêuticos contratados. Em 2005, a cidade contava com dois profissionais, cujos salários somavam R\$ 33 mil anuais. O custo anual *per capita* com medicamentos era de R\$ 12,71, o que totalizou, no ano, R\$ 3,4 milhões. Em 2007, com 11 farmacêuticos na rede municipal e um gasto de R\$ 181,8 mil de salários, o custo *per capita* com medicamentos baixou para R\$ 6,65, totalizando R\$ 1,7 milhão no ano. Ou seja, a contratação de novos farmacêuticos gerou uma economia anual de R\$ 1,6 milhão.

Segundo relatórios de fiscalizações realizadas pela Controladoria Geral da União (CGU), entre agosto de 2004 e julho de 2006, 90,3% dos municípios apresentaram problemas na gestão de recursos ou serviços de assistência farmacêutica. Em 71% dos municípios foi constatada falta de controle ou deficiência de estoque. Condições inadequadas de armazenamento foram observadas em 39%; e a falta de medicamentos, detectada em 24%. São percentuais representativos, que merecem o olhar criterioso dos gestores.

A falta de estrutura e prioridade para a assistência farmacêutica tem gerado outro grave problema. A população tem buscado os seus direitos referentes ao fornecimento de medicamentos pela via judicial. Esse fenômeno é chamado de “Judicialização da Saúde” e pode ser minimizado com intervenção farmacêutica. A partir da inserção de um farmacêutico nos quadros da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, por meio de um termo de cooperação técnica do órgão com o Conselho Regional de Farmácia do Rio Grande do Sul (CRF-RS), os defensores públicos auxiliados pelo farmacêutico

conseguiram resolver 70% das demandas pela via administrativa.

Experiências de outros países mostram que, além de proporcionar economia, a assistência farmacêutica resulta em qualidade de vida. Dados da pesquisa “Valor social e econômico das intervenções em saúde pública dos farmacêuticos nas farmácias em Portugal”, publicada em novembro de 2015 pela Ordem dos Farmacêuticos de Portugal, mostrou que o cuidado dispensado pelos farmacêuticos nas farmácias comunitárias, que são aquelas destinadas ao atendimento direto à comunidade, resulta num aumento de 8,3% na qualidade de vida das pessoas que frequentam esses estabelecimentos, e está associado a um ganho de 260.245 anos de vida com qualidade. O valor econômico para a sociedade foi estimado em cerca de 880 milhões de euros anuais, o que corresponde a 3,4 bilhões de reais.

O estudo, pioneiro em Portugal, incidiu sobre as diferentes intervenções dos farmacêuticos em saúde pública. Envolveu o acompanhamento de gestantes, crianças e pacientes com doenças crônicas, além do aconselhamento e a indicação farmacêutica nos casos de transtornos menores (tosse, constipação, diarreia, obstipação, etc), cessação tabágica e proteção solar, a aplicação de vacinas, etc. Não foi considerada no estudo a dispensação de medicamentos, que representa mais de 90% da atividade das farmácias comunitárias em Portugal.

Também foram calculados os ganhos que poderiam resultar de 15 intervenções farmacêuticas ainda não implantadas, mas possíveis de serem desenvolvidas nas farmácias comunitárias portuguesas, por meio de uma maior integração das farmácias com os cuidados primários de saúde e também com os cuidados secundários. Considerando a hipótese de implantação dessas intervenções farmacêuticas adicionais, o ganho de qualidade de vida poderá aumentar mais 6,9%, traduzindo-se num ganho adicional de 75.640 anos de vida com qualidade. O valor econômico das intervenções farmacêuticas para a comunidade se ampliará em mais 144,8 milhões de euros ou 574,72 milhões de reais. Este valor distribui-se entre intervenções farmacêuticas não remuneradas (120,3 milhões de euros) e redução das

despesas de saúde com consultas médicas (24,4 milhões de euros) e hospitalizações (100 mil euros).

Em suma, a pesquisa demonstrou que as intervenções farmacêuticas em Saúde Pública realizadas atualmente nas farmácias comunitárias portuguesas traduziram-se numa diminuição de cerca de 5,6% na despesa total em saúde, o que correspondeu a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Distribuindo o valor economizado por farmacêutico, a constatação é a de que cada profissional contribui, em média, seis vezes mais para o PIB que a média de contribuição *per capita* nacional.

O estudo já deu resultados. Um deles foi a recente publicação pelo Governo de Portugal do Decreto-Lei nº 62/2016, que valoriza o papel das farmácias comunitárias como unidades de prestação de cuidados em saúde e prevê expressamente que o Ministério da Saúde contratualize com as farmácias comunitárias a prestação de serviços farmacêuticos de intervenção em Saúde Pública. Um grupo de trabalho interdisciplinar está verificando quais serviços poderão ser contratados e com a formalização dos contratos, que está prevista

para o próximo ano, o governo passará a pagar as farmácias por atendimento realizado.

Temos reiterado que a força de trabalho e a capacidade técnica do farmacêutico não podem mais ser subutilizadas, muito menos pela rede pública, que padece com a distância abissal entre a demanda e a oferta de serviços de saúde. Os farmacêuticos têm uma enorme contribuição a prestar e podem ajudar a equacionar os problemas vivenciados pelo SUS. Mais do que uma questão legal, a presença dos farmacêuticos durante todo o tempo de funcionamento das farmácias de qualquer natureza, exigida pela Lei nº13.021/14, deve ser encarada como uma medida de fundamental importância para a qualidade da assistência à saúde da população e também para a economia das verbas públicas.

É o que pode ser constatado também por meio dos relatos de 24 experiências de farmacêuticos que atuam no SUS reunidos nesta publicação. De forma positiva, eles estão contribuindo para transformar a realidade da saúde pública em seus estados e municípios. Farmacêutico na saúde pública não é custo. É investimento!



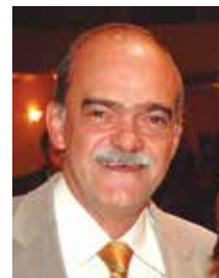

Walter da Silva Jorge João
(Presidente)




Valmir de Santi
(Vice-Presidente)




José Gil do Silva
(Secretário-Geral)




João Samuel de Morais Meira
(Tesoureiro)